

## NOTA DOS LÍDERES DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO

O agravamento da crise econômica no país, que atinge primeiramente as famílias dos trabalhadores e os mais desprotegidos, exige respostas amplas e emergenciais para retomar o crescimento econômico e responder à tragédia social que estamos vivendo.

A política de cortar brutalmente os investimentos públicos, aplicada de maneira cega nos anos recentes e aprofundada pelo atual governo, teve efeitos perversos para a saúde da população, a educação, a proteção ao meio ambiente e as políticas de proteção social e transferência de renda.

O corte dos investimentos públicos, especialmente na infraestrutura para o crescimento, refletiu danosamente sobre a economia, gerando estagnação e incerteza no lugar de empregos e desenvolvimento que o país tanto necessita.

O Governo Federal falhou totalmente no compromisso de dotar o Brasil de um programa de crescimento sustentável. O país se encontra fragilizado, sem liderança e sem respostas eficazes para enfrentar a retração global provocada pelo coronavírus e as oscilações do mercado de petróleo.

As causas profundas da atual crise brasileira, em que nossa moeda se derrete e o risco-país dispara, estão aqui mesmo: na falta de políticas para a geração de emprego e renda, de ações para financiar e estimular o investimento, de políticas para proteger a população, na falta de credibilidade do governo.

Não é com mais cortes nos orçamentos e com mais reformas fragilizadoras do Estado que vamos sair da crise. Este é o caminho dos que querem se aproveitar do pânico nos mercados para aumentar a dose de uma receita que já provou ser nociva para o país.

Os partidos de oposição entendem que é papel do Congresso Nacional, nessa hora tão grave, reagir à crise aprovando projetos capazes de gerar confiança e investimento, crescimento e emprego, proteção social e renda para a família brasileira.

Esta é a agenda de projetos que apresentamos para debate prioritário e urgente com os demais partidos, de forma que o Poder Legislativo exerça sua responsabilidade com o povo e com o país.

Anexa a agenda de projetos (verso).

---

DEP. JOSÉ GUIMARÃES  
Líder da Minoria

---

DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO  
Líder da Oposição

---

DEP. ÊNIO VERRI  
Líder do PT

---

DEP. ALESSANDRO MOLON  
Líder do PSB

---

DEP. WOLNEY QUEIROZ  
Líder PDT

---

DEP. FERNANDA MELCHIONNA  
Líder PSOL

---

DEP. PERPÉTUA ALMEIDA  
Líder do PCdoB

---

DEP. JOENIA WAPICHANA  
Líder da REDE

## ANEXO – AGENDA DE PROJETOS

- i) **Revisão das severas restrições aos gastos públicos**, impostas pela regra do teto de gastos (EC 95). Esta ação precisa ser feita com a máxima urgência;
- ii) **Suspensão do trâmite das PECs 186 (Emergencial), PEC 187 (Fundos Públicos) e 188 (Pacto Federativo)**;
- iii) **Reforma Tributária** justa, solidária, progressiva e sustentável, desonerando o consumo das famílias e incluindo taxaço de grandes fortunas (PLP 277/2008 e apensados tais como PLP 26/2011, PLP 239/2019);
- iv) **Proteger os mais pobres e mais vulneráveis à crise**, resolvendo imediatamente as filas do INSS (liberando aposentadorias e benefícios) e as inscrições no Bolsa Família (oferecendo recursos para mais de 3,5 milhões de famílias em sérias dificuldades financeira, principalmente no Nordeste). Sobre este aspecto, **votação imediata da MP 898** que institui o 13º salário para o Bolsa Família e o BPC, bem como do **PL 6219/2019**, apensado ao PL 6072/2019;
- v) **Investimento em obras** com grande efeito multiplicador sobre a economia e de geração de empregos, com capitalização e suporte dos bancos públicos, especialmente o BNDES, via Fundo de Debêntures;
- vi) Aprovação de nova política de **revalorização continuada do salário mínimo** com abono emergencial, conforme **PL 370/2019**;
- vii) Retomada de investimentos através da Petrobrás e de outras empresas públicas, com elevado potencial de reversão da atividade econômica e geração de emprego. Suspensão da tramitação do **PL 5877/2019** de privatização da ELETROBRAS;
- viii) Submeter privatizações à autorização legislativa, com votação, em caráter emergencial, **da PEC 150/2019** que estabelece a obrigatoriedade de lei específica para empresa estatal criar subsidiária e participar de empresa privada;
- ix) Abertura imediata de processo de **renegociação das dívidas das famílias de baixa renda**, com redução de juros, extensão de prazos e liberação do nome nos serviços de cadastros (SPC e similares). Votação do **PLP 231/2019** que abre créditos para refinanciamento de dívidas de pessoas físicas;
- x) Reabertura de **linhas de crédito** para pessoas físicas (consignado, CDC) e jurídicas (capital de giro, FINAME etc.) nos bancos públicos capitalizados, especialmente BNDES;
- xi) **Contratação emergencial** de trabalhadoras e trabalhadores para execução de serviços de manutenção, conservação e preservação de prédios, vias, praças, parque e outros equipamentos públicos;
- xii) **Aumento emergencial dos recursos do SUS** para enfrentar a pandemia do coronavírus.